

Richa acha que o pacto deve preceder eleições

DO SERVIÇO LOCAL

O senador José Richa propôs ontem em São Paulo a criação de um grande pacto político capaz de dar sustentação parlamentar ao governo a ser instalado no país a partir do próximo ano. Segundo ele, este não é o momento para se falar em candidaturas presidenciais, porque existem ainda duas etapas a serem cumpridas: concluir a Constituinte e definir uma estratégia que assegure a formação de um novo governo forte e de austeridade, o que seria feito através daquele pacto. "Sem isso, corremos o risco de frustrar a população, já que a eleição presidencial, em si mesma, não resolverá os problemas do país", afirmou. O senador admitiu também que esse pacto poderia ser uma reedição da Aliança Democrática.

Richa encontrou-se, no final da tarde, na sede da Fiesp, com representantes do Fórum Informal de Empresários, com quem discutiu os temas mais polêmicos da futura Constituição. A sua proposta de pacto político logo foi encampada pelo presidente da Fiesp, Mário Amato. Segundo o empresário, se isso for feito, será possível discutir a seguir um pacto social entre empregadores e trabalhadores. Amato disse ainda que ao empresariado não interessam as questões políticas específicas, como sistema de governo, mas apenas os itens da ordem econômica e social.

PARLAMENTARISMO

O senador José Richa acredita que o ideal é elaborar esse pacto político com base no parlamentarismo, mas ressaltou que, qualquer que seja o sistema a ser definido pela Constituinte, o futuro governo vai precisar de um respaldo parlamentar concreto. Ferrenho defensor do parlamentarismo, Richa acha que esse sistema evitaria crises políticas sucessivas e instalaria um novo governo antes mesmo da eleição presidencial. Irritado com as insistentes perguntas sobre sua opinião a respeito de nomes de prováveis candidatos a presidente, o senador disse que, se houver "bom senso e juízo", a corrida sucessória não será deflagrada nesse momento. "Temos outros exemplos a cumprir antes desse", ressaltou, referindo-se à Constituinte e ao pacto político. Segundo o senador, o plenário da Constituinte vai manter o mandato do presidente Sarney em quatro anos. "Mais do que isso, é impossível", garantiu. Mudanças no texto da Comissão de Sistematização sobre esse item, previu, "só se for para encurtar o mandato ainda mais".

Em reunião com o governador Orestes Quéricia, no Palácio dos Bandeirantes, o senador insistiu na tese do pacto político mais deixou claro que ele será impossível com o presidente Sarney, que, para ele, é um "obstáculo à elaboração de qualquer estratégia".

Sant'Anna espera reviravolta

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Não na qualidade de líder do governo, mas como constituinte, o deputado Carlos Sant'Anna voltará a lutar pelo restabelecimento dos cinco anos de mandato para o presidente Sarney e pela manutenção do regime presidencialista, com base em levantamentos preliminares que indicam, segundo ele, confortável maioria para as duas teses no plenário final da Constituinte. Sant'Anna não envolverá a liderança do governo porque Sarney está, realmente, desinteressado das duas questões e acata o resultado da Sistematização.

Aguardará, entretanto, algum tempo para adotar a nova posição, esperando que a reação popular favorável à antecipação das eleições presidenciais diretas recrudescer. "O político não pode ir contra a História. E se o povo desejar a eleição, sua vontade será cumprida", disse o deputado. Ele acredita, no entanto, que a tendência do eleitorado será em favor de eleições gerais, coisa que não interessa aos governadores, muitos deputados e senadores. Com isto, engrossará novamente a legião dos defensores do mandato de cinco anos para Sarney, pondera o parlamentar.

Na sua opinião, as candidaturas lançadas antecipadamente à sucessão presidencial ainda têm bases artificiais e assim ficarão até a decisão final do plenário, referendando ou não as votações da Sistematização.

No Palácio do Planalto, os principais assessores de Sarney não estão convictos da manutenção da redução do mandato presidencial, pois consideram que a medida beneficiará apenas Leonel Brizola e Luiz Inácio Lula da Silva.

O PMDB, juntamente com o PFL, arriscam-se a sério revés eleitoral, dada a conjuntura extremamente adversa tanto na política quanto na economia, que as lideranças acabaram por perceber, acentuaram as fontes.

A assessoria do Planalto considera que a tese das eleições gerais é assimilável pela população, embora não agrade à maioria dos constituintes. Se houver mobilização popular em favor das eleições gerais, possivelmente os governadores tomem posição contrária, pois estarão reduzidos a apenas dois anos de mandato e pouco ou nada poderão fazer.

Se as tendências populares forem sendo conhecidas antes da votação do plenário da Constituinte e as previsões palacianas se confirmarem, os assessores do presidente acreditam — e falam independentemente da posição de Sarney — que a posição da Comissão de Sistematização poderá ser radicalmente revertida.



Richa é recebido por Amato na Fiesp

Antonio Lúcio

Passarinho diz que presidencialismo fica

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os presidentes do PDS, senador Jarbas Passarinho, e do PSB, senador Jamil Haddad, garantiram ontem que, além de "praticamente não haver dúvidas" de que o mandato do presidente Sarney será mesmo de cinco anos, aumentam dia a dia as possibilidades da manutenção do sistema presidencialista de governo, com a revisão, pelo plenário da Constituinte, da opção parlamentarista feita pela Comissão de Sistematização.

Passarinho observou que o presidente Sarney teve o seu mandato "golpeado" pelo Parlamento com a instituição dos quatro anos de mandato, concordando, neste particular, com o deputado Delfim Netto (PDS-SP) e com o chefe da Escola Superior de Guerra, almirante David Blower. Outro ponto considerado pelo senador Passarinho "merecedor de uma reflexão" foi a constatação feita pelo constitucionalista Paulo Bonavides, ao afirmar que a expectativa criada pela próxima eleição presidencial direta poderia comprometer gravemente o parlamentarismo, se este for mantido, "pelas reduzidas atribuições políticas e administrativas do futuro presidente". Para Jamil Haddad, este conjunto de circunstâncias deve ter influenciado a opinião pública que, nas mais recentes pesquisas sobre o sistema de governo, tem mostrado preferência pelo presidencialismo.

Haddad acha ainda que, do ponto de vista do PMDB, dificilmente o candidato deixará de ser o governador de São Paulo, Orestes Quéricia. E observou que se Quéricia, que detém a maior parcela de influência sobre a máquina do partido, porventura abrir mão da candidatura, "isso não será por desprendimento, mas por saber que apesar de toda a história e força daquela sigla haveria riscos concretos de derrotas nas urnas das eleições presidenciais diretas, e, nesse caso, mais valeria a pena cumprir os três anos restantes do segundo cargo eletivo mais importante do País — governador de São Paulo".

Dois outros parlamentares do PMDB, o deputado paranaense Hélio Duque e o senador pernambucano Mansueto de Lavor, manifesta-

ram preocupação de outra natureza: eles temem que a ingovernabilidade do País se acelere ao mesmo tempo em que se consolide junto à opinião pública, sobretudo através dos meios de comunicação, o sentimento de incapacidade dos políticos e da vulnerabilidade do poder civil, "ao mesmo tempo em que a direita se apresenta como competente, reformista, moderna e identificada com os interesses nacionais, enquanto a esquerda aparece num contexto de propostas superadas, radicais, incapazes de promover o desenvolvimento integrado de que o País necessita para superar a crise generalizada em que se viu envolvido".

ELEIÇÕES GERAIS

Eleições gerais no próximo ano foi o que propôs o segundo vice-presidente da Constituinte, Jorge Arbage, sugerindo uma proibição: nenhum dos atuais senadores e deputados poderá candidatar-se à reeleição, "numa prova de grandeza e desprendimento". Depois afirmou: "Não defendo o presidente Sarney, e sim o mandato do presidente da República, que é de seis anos. Se ele quer ficar apenas quatro anos é outra questão". Aebage acha que se a Constituinte reduzir o mandato de Sarney "está na obrigação moral" de convocar eleições gerais em 1988, também para governador, deputado e senador. "Final — argumentou — tanto o nosso mandato como o de Sarney emergiram do ventre da atual Carta Magna".

E o ex-presidente do PFL, senador Guilherme Palmeira, achou a hora boa para defender a candidatura Aureliano Chaves à Presidência: ela tem o mérito de "segurar o partido", disse. "Não é que consiga uni-lo, já que as divergências persistem, mas segura". Palmeira negou que o PFL pretenda convidar Antônio Ermírio de Moraes para companheiro de chapa de Aureliano: "Não houve até hoje nenhuma conversa nesse sentido", disse. Mas ressaltou: "É claro que se o Aureliano for candidato será importante ter um companheiro de chapa vindo de São Paulo". O senador João Lobo (PFL-PI) concordou: "Só há dois políticos de categoria para o exercício da Presidência, Aureliano Chaves e Ulysses Guimarães", Brizola "é messiânico demais".

'Newsweek' conta a história de Sarney

"Rainha do Brasil". E assim que a revista norte-americana Newsweek, em sua edição desta semana, vê o presidente José Sarney, depois da redução do seu mandato para quatro anos.

Em artigo assinado por Mac Margolis e Jacob Young, o semanário faz uma análise de ascensão, poder e queda de Sarney, desde a sua subida à Presidência, como vice de Tancredo Neves, até o começo da perda de prestígio, por causa da "perda de apoio devido ao colapso da economia". Na semana passada, diz Newsweek, Sarney sofreu "o golpe final", com a determinação, pela Constituinte, de que seu mandato seja de apenas quatro anos e não os seis que ele sempre pleiteou.

Dizem os correspondentes: "Embora Sarney ainda tenha 16 meses pela frente, como presidente, a redução do mandato transformou-o em um 'pato manco' (lame duck), a expressão norte-americana, em política, para 'carta fora do baralho'". Em sua primeira aparição pública depois da decisão da Comissão de Sistematização, todas as frustrações vieram à tona: às vezes chorando, às vezes raivoso, Sarney discursou para a população da cidadezinha de Porangatu dizendo que havia "herdado a maior dívida do mundo... a maior crise de todos os tempos". Ainda assim, garantiu, foi "o mais tolerante de todos os presidentes". Jamais houve tanta liberdade no Brasil, lembrou. Mas, agora, está farto de política, ansioso para viver "a vida de um cidadão comum", como qualquer daqueles que o ouviam.

Um final bem emocional para um homem que, aos poucos, segundo a revista, "foi sendo ultrapassado pelas exigências de um posto maior do que ele". Newsweek lembra que mesmo antes de tomar posse Sarney já estava "em sérias dificuldades políticas", encarado com ceticismo pelos próprios membros da coalizão de governo, a Aliança Democrática, de centro.

Ele conseguiu superar as dúvidas "por meio de hábeis indicações de ministros". E conquistou a maioria dos críticos com o Plano Cruzado, em 1986, "um ambicioso sistema de controle de preços e salários cuja finalidade era estimular o crescimento e reduzir a inflação". O programa acabou fracassando — e, com ele, a sorte de Sarney. A inflação tornou a crescer, as reservas em divisas estrangeiras diminuíram, e o presidente se viu obrigado a declarar uma moratória no pagamento do serviço da dívida externa, que já passava dos 110 milhões de dólares. O que gerou conflitos com os credores internacionais, enquanto, dentro do País, os trabalhadores exigiam maiores salários. Tudo isso foi fortalecendo, na Constituinte, o lançamento da idéia do parlamentarismo, como sistema substituto do presidencialismo, levando Sarney a se queixar amargamente de que a existência de um primeiro-ministro forte o transformaria numa mera "rainha do Brasil, sem poder político". Newsweek termina lembrando a ameaça do presidente: tratar "como inimigo" a quem votasse pela redução do seu mandato.

Cabral recomenda não precipitar candidaturas

Antes de promulgada a Constituição, os candidatos a presidente da República não se deveriam lançar, porque o ideal seria não precipitar os acontecimentos. A afirmação foi feita ontem à noite pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), que esteve em São Paulo participando do programa "Roda Viva" na TV Cultura. Assim como o senador José Richa, Cabral fez uma análise dos presidenciais e confirmou que no seu partido há tantos candidatos como a Seleção Brasileira, "os jogadores são do primeiro time: Ulysses, Covas, Quéricia, Richa, Waldir".

As 15 horas de hoje o Centrão entrega ao multipresidente Ulysses Guimarães a sua proposta, reivindicando a apresentação de cinco ou seis emendas por cada constituinte. No último substitutivo apresentado por Mauro Benevides, na Comissão de Sistematização, ficou estabelecido que esse número se limitaria a três. Como são 559 constituintes, a nova Carta teria 1.700 emendas.

Como no documento do Centrão não há comprometimento com pontos polêmicos como a definição do sistema de governo ou tempo de mandato presidencial, é possível, segundo o deputado Bernardo Cabral, que haja "uma repetição do que foi discutido ao longo dos últimos meses". A alegação do grupo é a de que apresentará um pedido de destaque. Mas Bernardo Cabral desconfia. "Querem apresentar novo substitutivo. Querem fazer uma verdadeira inversão, porque ao invés de apresentarem 280 assinaturas para acrescentar, querem apresentar a proposta de derrubar".

Pessoalmente o relator afirma que "tudo o que for feito para melhorar o substitutivo é "válido". Ele vê "com bons olhos" propostas para melhorar o texto. Tanto assim que acha que no plenário é que seu substitutivo sofrerá uma "cirurgia plástica".

Enquanto o multipresidente Ulysses Guimarães ficou em São Paulo internado no Incor, na semana passada, os trabalhos da Constituinte sofreram adiamento: "Todos concordaram em que se parasse até que o dr. Ulysses voltasse, ele é um líder de capacidade extraordinária". No dia 4 de dezembro, como fixa o calendário, a Constituição vai a plenário, garantiu Cabral.

Todos os pontos polêmicos como a estabilidade no emprego, sistema de governo, duração de mandato presidencial, reforma agrária — votados pela Comissão de Sistematização — e mesmo os não votados como a questão dos índios, da família e outros serão objeto de negociação, de composição das forças. Por esse motivo o deputado acha que antes de se

votar a forma de governo não se deveria falar em candidaturas: "O ideal seria não precipitar os acontecimentos".

Bernardo Cabral citou a questão do mandato presidencial, que antes mesmo da votação era algo previsto por ele, aqui mesmo em São Paulo, ao ser homenageado na OAB. "As pesquisas de opinião são aquilo, as moças vêm e perguntam, e a pessoa responde o que quer. A imprensa também pergunta, e a pessoa diz, o que lhe convém. Agora, eu ouço mais a fundo. Veja o caso do Brizola, que está na frente na pesquisa mas por outro lado também lidera como o mais rejeitado".

Parlamentarista convicto — "há 20 anos defendo esse sistema de governo, desde que fui cassado em 1968, e fiquei 20 anos fora do Parlamento; em 1966 como deputado federal aprendi com o velho Raul Pilla" —, o deputado Bernardo Cabral disse que aqueles que atacam o novo sistema fazem o que fizeram os monarquistas quando se instalou a República. "Eles disseram a mesma coisa, que não prestava, que não ia dar certo. Acontece que com todos os defeitos no presidencialismo você derruba o governo com golpe, e no parlamentarismo o governo cai mediante apresentação de moção de censura." A experiência de 1961 no Brasil não foi, no entender de Cabral, algo exemplar: "Foi um parlamentarismo híbrido, os militares não queriam Jango, e hoje não tem nada disso. O nosso parlamentarismo não é puro, concordo, porque o presidente é eleito pelo povo, ao invés do Congresso. Mas não vale o exemplo dos Estados Unidos, porque o Lula e o Brizola não são capitalistas". Segundo Cabral, os demais presidenciais não deveriam substituir Brizola. E o PMDB? "É como a Seleção Nacional, tem titular demais, Ulysses, Covas, Quéricia, Richa e Valdir Pires."



Kenji Honda — 10/11/87

Bernardo Cabral

Aluízio ainda acredita em cinco anos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"O presidente Sarney deve concluir o período de transição, permanecendo no cargo por cinco anos." Esta é a opinião do ministro da Administração, Aluízio Alves, para quem o plenário da Constituinte, por ser mais representativo da opinião nacional, vai modificar a decisão da Comissão de Sistematização de reduzir para quatro anos o mandato do presidente. "O próximo ano será fun-

damental para que se prepare a legislação ordinária, inclusive a nova legislação eleitoral baseada no regime de governo a ser definido", afirmou.

Para o ministro da Administração, se a Constituinte optar pelas eleições diretas para o presidente no próximo ano, vai colocar em risco o valor da futura legislação partidária e eleitoral, a ser criada, à medida que as novas leis estariam sendo elaboradas em plena campanha dos candi-

datos à Presidência. "Vai ser casuístico, porque certamente a legislação estará sendo influenciada", acredita Aluízio Alves. Ele argumenta ainda que é necessário, antes de qualquer medida, decidir qual será o sistema de governo a ser adotado no País.

Segundo o ministro, o presidente Sarney precisa de mais tempo para concluir o trabalho de transição, que deverá ser levado à frente pelos futuros dirigentes. "Se há um presidente que precise de tempo, é o presidente Sarney", disse o ministro.

Delfim insiste na preferência por Ermírio

O deputado Delfim Netto (PDS-SP) voltou ontem a insistir, em São Paulo, na candidatura do empresário Antônio Ermírio de Moraes à Presidência da República. O ex-ministro e atual constituinte entende que Ermírio não deseja ser candidato à sucessão de Sarney, mas admite que o empresário paulista venha a ser convocado para "cumprir uma missão". Delfim Netto almoçou ontem com o ex-governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, que, à tarde, tinha uma audiência com Antônio Ermírio. "O Antônio Ermírio tem dito que não é candidato, e é verdade" — disse Delfim, acrescentando: "Ele não é candidato. Eu não creio que ele seja candidato. Ele até fica triste quando você insiste nisso. O que eu tenho dito é o seguinte: ninguém é candidato a servir o Exército. É convocado para o Exército. É isto que o Brasil precisa". Para Delfim, o Brasil "tem um certo cansaço dos políticos e precisa realmente de alguém que inspire confiança, que seja convocado pela Nação para conduzir os destinos do País".

O deputado acrescentou: "Nós precisamos de alguém que esteja fora deste processo, que não tenha passado político, que seja capaz de administrar. Que seja um homem que sente na cadeira e esqueça o resto. O País está precisando de administração. Nós estamos levando longe demais a idéia de que Deus é brasileiro". Perguntaram a Delfim Netto se ele via em Antônio Ermírio o gerente ideal para administrar o País. Sua resposta: "Não tenho certeza, mas ele satisfaz ao retrato falado que eu imagino deva ser um candidato a presidente da República".

AFIF
No domingo, o Partido Liberal tem programado um jantar, em São Bernardo do Campo, no qual poderá ser lançado o nome do deputado Guilherme Afif Domingos à Presidência da República. A candidatura de Afif ainda não é admitida oficialmente, mas é sobre ele que recaem as esperanças do PL que, apesar de eleger poucos deputados nas últimas eleições, saiu fortalecido com a vitória de Afif. Ele obteve 500 mil votos, a terceira maior votação no Estado.

Mesmo que sua candidatura não seja confirmada, o jantar do PL servirá para outro objetivo: desafiar o Partido dos Trabalhadores em seu reduto mais forte e estruturar-se para enfrentar as eleições municipais do próximo ano. Nas cidades onde o partido tiver possibilidade de ganhar, sairá com candidato próprio e, em outras, fará composições com outras legendas — mas sempre respeitando o programa partidário e fazendo oposição ao adversário comum, o PMDB.

Com o jantar de domingo, o partido espera grande repercussão em todo o ABC, que sirva de ponto de partida para a campanha de seus candidatos às prefeituras de Santo André, São Bernardo e São Caetano. Mas é também pensando na sucessão presidencial que o PL programou essa reunião. Afif Domingos, se não for indicado candidato à Presidência, tem grande chance de se tornar o candidato do PL à prefeitura de São Paulo, cuja candidatura a esse cargo é considerada "natural" pelo vice-presidente do partido, Roberto Braga, e pelo deputado Eduardo Bittencourt.